



CONGRESSO RETOMA ATIVIDADES COM ANÁLISE DE VETOS PRESIDENCIAIS

Com o fim do recesso parlamentar, previsto para 2 de fevereiro, o Congresso Nacional deverá analisar uma série de vetos impostos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As votações vão definir se as decisões do Executivo serão mantidas ou derrubadas pelos parlamentares.

Entre os vetos que mobilizam a oposição está o Projeto de Lei da Dosimetria, vetado integralmente por Lula. A decisão ocorreu no mesmo dia em que se completaram três anos dos atos de 8 de Janeiro, quando houve depredação da Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Outro ponto que deve gerar debate é o veto ao trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que previa mudanças no valor do fundo partidário, conhecido como Fundão. O montante havia sido fixado em R\$ 4,9 bilhões, sem reajuste acima da inflação.

Além disso, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou uma instrução normativa que amplia a reserva do fundo eleitoral no Orçamento de 2026. O tema é considerado estratégico por parlamentares, especialmente por aqueles que pretendem disputar a reeleição para a Câmara ou o Senado nas eleições deste ano.

Também está no radar a análise do veto presidencial ao projeto que aumentava o número de deputados federais, ampliando as cadeiras de 513 para 531. Lula barrou a proposta alegando impacto nas despesas públicas e ausência de compensação financeira.

Outro veto recente envolve o Projeto de Lei de autoria do deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), que estabelecia limite de idade para ingresso nas carreiras de policial e bombeiro militar. O texto permitia a entrada de candidatos até 35 anos, e até 40 anos no caso de médicos e profissionais da área da saúde. O projeto foi vetado integralmente pelo presidente.

Segundo o governo, a decisão teve como base pareceres do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Advocacia-Geral da União, que apontaram inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

